



O FRACASSO ESCOLAR E O PERÍODO PANDÊMICO: O COMPROMETIMENTO DO ACESSO À ESCOLA A UM DETERMINADO GRUPO DE ESTUDANTES BRASILEIROS ¹

Fabíola de Fátima Andrade Frimaio ²

Raphael Campagnaro Baptista de Sousa ³

INTRODUÇÃO

“Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, surgiu o primeiro caso da infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. A princípio, acreditava-se ser um problema local até que, em 11 de março de 2020, a contaminação mostrava seus efeitos, se alastrando pela Europa e pelas Américas. No Brasil, o primeiro caso foi diagnosticado em 25 de fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo - SP. A Organização Mundial da Saúde - OMS declarou que se tratava de uma pandemia e o isolamento social foi classificado como a mais eficiente estratégia para enfrentar o vírus, diminuir o ritmo de sua propagação e salvar vidas.” (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020, p. 202).

A pandemia de COVID-19 acarretou, por parte das políticas públicas no Estado de São Paulo, um momento inédito na história da educação brasileira: o fechamento das unidades escolares por meio de decretos e a suspensão do atendimento presencial das aulas, causando a necessidade de diferentes tipos de adequações quanto ao atendimento das famílias e a oferta do ensino remoto nas redes públicas e privadas.

Como em todo o país, a cidade foi igualmente abalada pelos efeitos da pandemia com o fechamento do comércio e das escolas, isolamento social e todas outras consequências que se abarcaram sobre a população neste período, resultando no impedimento total ou parcial do acesso à educação de muitos alunos em idade estudantil do município, como sugere a pesquisa aqui elucidada.

Com isso, a presente pesquisa objetivou verificar a maneira como

1 Este texto foi elaborado para a disciplina “Fracasso escolar: fundamentos, debates e pesquisas”, ministrada pela Profa. Dra. Elisabete F. Esteves Campos, no PPGE da Universidade Metodista de São Paulo. e-mail: elisabete.campos@metodista.br.

2 Aluna especial pelo curso de doutorado do PPGE-Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Metodista de São Paulo- UMESP. e-mail: faandradefrimaio@gmail.com.

3 Mestrando em Educação pelo PPGE - Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. e-mail: profraphaelcampagnaro@gmail.com.



ocorreu o comprometimento do acesso à educação em duas escolas localizadas no Município de Santo André, no ABC paulista.

Nossa metodologia consistiu na análise documental do Plano Político Pedagógico de cada uma das escolas, a fim de verificar como se deu o planejamento das atividades escolares frente aos entraves causados pela pandemia de COVID-19 na educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As duas escolas objetos dessa pesquisa consistiram em uma escola pública municipal, localizada no bairro Vila Floresta, Santo André - SP, a qual denominaremos de Escola 1. E uma escola particular no bairro Vila Scarpelli, localizada a 800 metros de distância da primeira, que denominaremos de Escola 2.

Ambas escolas atendem tanto a etapa final da educação Infantil, quanto às séries iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que esta modalidade é obrigatória no Brasil de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9394/96. Neste artigo, nos aprofundamos na análise do atendimento às séries iniciais do Ensino Fundamental no período supracitado.

Consideramos como ponto de partida para análise dos dados de pesquisa o período a contar das novas orientações feitas via Decreto Municipal de Santo André nº 17.367, do dia 01 de maio de 2020 no qual, em regime especial, foi determinada a realização de aulas não presenciais no município.

Neste momento na Escola 2, além de atividades remotas assíncronas, já estavam sendo oferecidas aulas remotas síncronas via plataforma *Zoom*, que contaram com 100% da participação dos alunos, de acordo com o Plano Político Pedagógico da escola.

Enquanto que na Escola 1, professores e a equipe de gestão escolar se reuniram remotamente a fim de discutirem a melhor maneira de oferecer atividades para os alunos neste momento atípico. Foi então que, considerando perfil socioeconômico, a falta de recursos oferecidos e as

necessidades dos alunos, os professores decidiram planejar atividades impressas, que seriam entregues na Escola 1 em forma de “blocos” e com a frequência quinzenal.

Os denominados “blocos de atividades” foram compostos por atividades impressas que englobaram todas áreas do conhecimento previstas nos componentes curriculares das diretrizes municipais, elaboradas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Junto as atividades, foi entregue às famílias um roteiro com a data, descrição da atividade, orientações e explicações a respeito dos conteúdos que estavam sendo tratados, uma vez que esta foi a única forma de interação entre a escola e o aluno, já que o professor não estabelecia contato direto com o aluno por meio de nenhuma atividade *on-line* síncrona. Após a realização das atividades no prazo estipulado, o aluno as devolveria para avaliação e levaria um novo “bloco” para casa.

O primeiro bloco de atividades foi disponibilizado para a retirada pelas famílias no dia 11 de maio de 2020. Os primeiros cinco blocos, realizados no período entre 11 de maio e 03 de julho de 2020, apresentaram os seguintes resultados quanto a entrega por parte das famílias:



FONTE: autoria própria

Como se pode observar no Gráfico 1, do total de 266 alunos da Escola

1, 26 famílias (10%), não entregaram os primeiros blocos de atividades. As mesmas relataram dificuldades em realizar as atividades com as crianças por motivos variados, tais como: não saberem explicar as propostas de atividades, não saberem “ensinar como faz” a lição, falta de tempo para acompanhar o aluno nas atividades por motivos de trabalho ou por ter outros filhos em idade escolar.

O Gráfico 2 se refere ao período de entrega dos blocos 6 a 10, que corresponde ao período de 20 de julho a 25 de setembro de 2020.

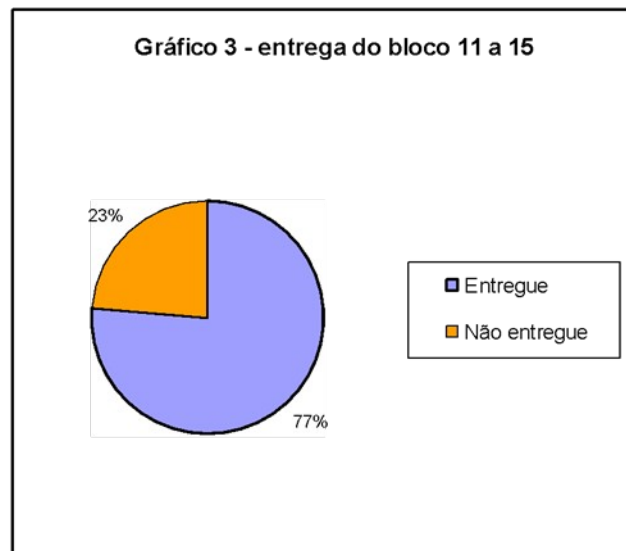


FONTE: autoria própria

O número de famílias que deixaram de entregar as atividades passou de 246 no primeiro período analisado para 30 neste período, representado por 13% do total de alunos.

Ao serem questionadas, as famílias apresentaram falta de preparo para acompanhar as atividades, desmotivação ou mesmo desistência na realização das atividades propostas no ano letivo, além da falta de possibilidade permanente de acompanhar o aluno devido a situações de agravamento no estado de saúde de membros da família ou dos pais e falta de compreensão das propostas.

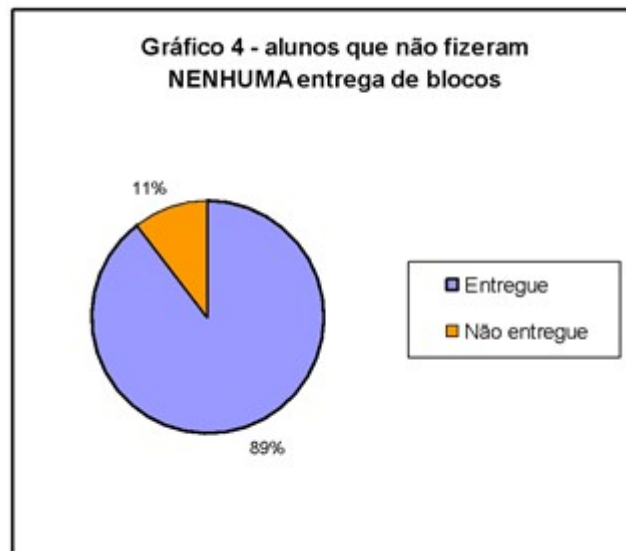
O Gráfico 3 representa o período de entrega dos blocos 11 a 15, que corresponde ao período de 28 de setembro a 04 de novembro de 2020.



FONTE: autoria própria

O Gráfico 3 nos mostra o contínuo crescimento no número de famílias da Escola 1 (23%) que deixaram de entregar blocos de atividades alegando, além das mesmas situações anteriores, a justificativa de que, devido a extensão do período de ensino remoto, as crianças já não compreendiam as atividades que estavam sendo propostas e a família também não tinha preparo para explicar os conteúdos, o que trazia grande desmotivação para a realização das atividades escolares.

Ao final do ano letivo, foi feito um levantamento em relação aos alunos que não haviam feito nenhuma entrega de blocos de atividades durante todo o período. O resultado está ilustrado no Gráfico 4:



FONTE: autoria própria

O Gráfico 4 nos mostra que 11% do total de alunos da Escola 1 - 26 alunos, não realizaram nenhum tipo de entrega de atividades escolares durante todo o período de atividades remotas.

A estratégia de busca ativa, definida pela UNICEF (2017, p. 6) como: “uma metodologia social, que permite ao poder público identificar crianças e adolescentes fora da escola e acionar diferentes áreas para que eles sejam (re)matriculados”, foi realizada pela equipe diretiva da Escola 1. 23 famílias atendidas que não realizaram nenhum tipo de entrega de atividades escolares alegaram, neste momento, que o motivo da evasão se deu pela falta de condições mínimas de espaço, tempo ou preparo para que pudessem acompanhar os alunos, bem como desmotivação para realizar as atividades no período remoto.

Duas famílias não foram encontradas por meio de nenhum tipo de tentativa de contato feito pela escola, sendo encaminhada ao Conselho Tutelar, sem devolutiva até o final do ano letivo.

O último bloco, de número 15, foi planejado com atividades totalmente lúdicas e que não necessitavam de devolutivas para a escola devido ao seu período de realização, de 07 a 18 de dezembro de 2020 e, por este motivo, não consta em forma de gráfico de entrega dos resultados dos blocos.



Em paralelo, a Escola 2 permaneceu durante todo o ano letivo com o mesmo formato de oferta de ensino remoto por meio da plataforma *Zoom* e uso de materiais didáticos impressos, que tinham sido adquiridos pelas famílias no início do ano letivo e que já estavam com os alunos antes do período pandêmico.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico dessa mesma escola, todos os alunos participaram das atividades oferecidas de forma remota ou realizaram com suporte da família as atividades propostas pelo roteiro de atividades, apenas com alguns atrasos pontuais de entregas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, concluímos que o impacto educacional do ano pandêmico de 2020 atingiu de diferentes maneiras as escolas aqui analisadas: enquanto que na escola particular denominada “Escola 2” todos os alunos atendidos obtiveram, segundo a nossa análise, suporte educacional satisfatório para acessarem os estudos remotos e permanecerem ativos em suas atividades escolares, a escola pública municipal denominada “Escola 1” apresentou um número expressivo de alunos com fragilidade ou até mesmo a ausência de acesso às atividades escolares, evidenciando a marginalização de muitas crianças ao seu direito humano de acesso à educação e corroborando um evidente cenário de fracasso escolar.

Segundo Arroyo (1997), uma hipótese para ocorrência do fracasso escolar é a “cultura da exclusão”, que possui relação direta com a organização estrutura do sistema escolar que “permanece mostrando à sociedade os rostos dos fracassados como crianças e adolescentes das escolas públicas populares.” (ARROYO, 2014, p. 7).

Para o autor, deve-se combater o fracasso escolar nas escolas públicas realizando intervenções políticas que sejam radicais:

“A produção sistemática de milhões de vítimas da segregação escolar exige políticas de estado, intervenções públicas, estruturais, legais, que não deixem a vitimização dos educandos populares à mercê de governantes, nem de gestores e docentes. Que o Estado assuma a responsabilidade política pelas vítimas que o sistema público produz.”



(ARROYO, 2014, p. 7).

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A., ARROYO, M. A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação dos direitos. 1º ed. Campinas, SP: Papirus Editora. 2014.

ARROYO, M. G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A.; MOLL, J. (Orgs.) Para além do fracasso escolar. 1º ed. Campinas, SP: Papirus Editora. 1997.

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-sucesso: o peso da cultura e do ordenamento da educação básica.** Em Aberto. Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4709173/mod_resource/content/3/Leitura%20complementar.pdfAcesso>. Acesso em 22 nov. 2021.

COUTO, E. S., COUTO, E. S., CRUZ, I. de M. P. (2020). **#FIQUEEMCASA: EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19.** EDUCAÇÃO, 8(3), 200–217. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>>. Acesso em 21 abr. 2022.

_____. **Decreto 17367, de 01 de maio de 2020.** Estabelece regime especial para as atividades escolares, na forma de aulas não presenciais, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Santo André, em decorrência da pandemia causada pelo Coronavírus.

SANTO ANDRÉ, Câmara Municipal de Santo André. **Decreto 17317, de 16 de março de 2020.** Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavírus, no município de Santo André. Santo André, 2020.

UNICEF, **Busca Escolar Ativa: Entenda a Metodologia Social e a Ferramenta Tecnológica.** 45p. UNICEF, 2017. Disponível em: <<https://buscaativaescolar.org.br/downloads/guias-e-manuais/guia-metodologia-social-e-a-ferramenta-tecnologica.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2022.